

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No semestre, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 33 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 2.985 milhões e Ativos Totais de R\$ 8.107 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agredecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Barueri, SP, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2018	2017		2018	2017
ATIVO			CIRCULANTE	3.508.648	3.818.416
CIRCULANTE	5.615.711	5.780.153	DEPÓSITOS (Nota 13a)	4.206	329.374
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	6.584	2.064	Depósitos à Vista	2.391	2.173
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	658.616	493.722	Depósitos Interfinanceiros	-	325.367
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 4)	258.395	140.196	Depósitos a Prazo	1.815	1.834
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	400.221	353.526	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.409.306	2.271.262
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	10	10	Correspondentes	6.211	5.156
Carteira Própria	10	10	Recursos em Trânsito de Terceiros	638	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	27.090	28.257	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.402.457	2.266.106
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	93	142	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.095.136	1.217.780
Créditos Vinculados	47	48	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	946	1.184
Correspondentes	26.950	28.067	Sociais e Estatutárias	312	653
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.933.636	2.183.436	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	26.642	21.004
Operações de Crédito - Setor Privado	2.964.666	3.450.463	Diversas (Nota 15b)	1.067.236	1.194.939
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.031.030)	(1.267.027)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.613.768	1.566.032
OUTROS CRÉDITOS	2.929.353	2.993.020	DEPÓSITOS (Nota 13a)	720	738
Rendas a Receber	1.590	1.344	Depósitos a Prazo	720	738
Diversos (Nota 8)	3.007.813	3.111.615	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.613.048	1.565.294
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(80.050)	(119.939)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	215.705	188.480
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	60.422	79.644	Diversas (Nota 15b)	1.397.343	1.376.814
Outros Valores e Bens	1.279	1.746	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	2.984.924	2.866.875
Despesas Antecipadas	59.143	77.898	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.316.927	2.295.541	- De Domiciliados no País (Nota 16a)	1.991.716	1.991.716
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	119.484	182.083	Reservas de Lucros (Nota 16b)	993.208	875.159
Operações de Crédito - Setor Privado	126.407	191.706			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.923)	(9.623)			
OUTROS CRÉDITOS	2.197.443	2.113.458			
Diversos (Nota 8)	2.197.450	2.113.472			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(7)	(14)			
PERMANENTE	174.702	175.629			
INVESTIMENTOS (Nota 10)	117.003	106.056			
Participações em Coligadas:					
- No País	117.003	106.056			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	10.579	12.519			
Outras Imobilizações de Uso	51.370	48.571			
Depreciações Acumuladas	(40.791)	(36.052)			
INTANGÍVEL (Nota 12)	47.120	57.054			
Ativos Intangíveis	525.307	506.594			
Amortização Acumulada	(478.187)	(449.540)			
TOTAL	8.107.340	8.251.323	TOTAL	8.107.340	8.251.323

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2018	2017		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	885.744	1.096.986	Eventos					
Operações de Crédito (Nota 7h)	868.462	1.076.548	Saldos em 31.12.2016	1.991.716	56.547	750.530	-	2.798.793
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	15.826	18.766	Lucro Líquido	-	-	-	68.735	68.735
Resultado das Operações de Câmbio	305	-	Destinações: - Reservas (Nota 16)	-	3.437	64.645	(68.082)	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	1.151	1.672	- Dividendos Propostos	-	-	-	(653)	(653)
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	519.271	672.150	Saldos em 30.6.2017	1.991.716	59.984	815.175	-	2.866.875
Operações de Captações de Mercado (Nota 13b)	97	17.033	Saldos em 31.12.2017	1.991.716	64.301	896.376	-	2.952.393
Resultado das Operações de Câmbio	-	89	Lucro Líquido	-	-	-	32.843	32.843
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	519.174	655.028	Destinações: - Reservas (Nota 16)	-	1.642	30.889	(32.531)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	366.473	424.836	- Dividendos Propostos	-	-	-	(312)	(312)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(273.536)	(312.903)	Saldos em 30.6.2018	1.991.716	65.943	927.265	-	2.984.924
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	493.196	412.841						
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(22.252)	(22.291)						
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(394.086)	(436.668)						
Despesas Tributárias (Nota 20)	(82.547)	(82.010)						
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 10)	5.235	6.868						
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	62.984	157.006						
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(336.066)	(348.649)						
RESULTADO OPERACIONAL	92.937	111.933						
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(16)						
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	92.937	111.917						
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(60.094)	(43.182)						
Imposto de Renda	(13.727)	(6.095)						
Contribuição Social	(46.367)	(37.087)						
Ativo Fiscal Diferido	(36.392)	(32.442)						
LUCRO LÍQUIDO	32.843	68.735						
Número de ações (Nota 16a)	3.216.661.926	3.216.661.926						
Lucro por lote de mil ações em R\$	10,21	21,37						

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	92.937	111.917
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	519.174	655.028
Depreciações e Amortizações	11.435	10.537
Amortização de Ágio	4.721	5.665
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	65.421	39.082
Resultado de Participações em Coligadas	(5.235)	(6.868)
Outros	991	1.087
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	689.444	816.448
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(299.569)	(353.527)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	5
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(262.053)	(42.535)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(451.256)	(630.582)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	455.990	341.414
Aumento/(Redução) em Depósitos	(177)	116.371
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(234.373)	(362.698)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(10.239)	(2.207)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(112.233)	(117.311)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(2.914)
Alienação de Imobilizado de Uso	192	9
Aquisição de Intangível	(10.509)	(10.799)
Dividendos Recebidos	121	141
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(10.196)	(13.572)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	(1.473)	(597)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(1.473)	(597)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(123.902)	(131.480)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	388.881	273.740
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	264.979	142.260
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(123.902)	(131.480)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Bradescard S.A., estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de julho de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total (A)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	1.072.006	164.302	94.826	205.177	194.049	123.024	1.853.384	40,7	2.183.212	44,4
Outros créditos (1)	685.870	733.453	416.344	589.343	272.586	358	2.697.954	59,3	2.730.249	55,6
Total em 2018	1.757.876	897.755	511.170	794.520	466.635	123.382	4.551.338	100,0	4.913.461	100,0
Total em 2017	1.849.045	959.751	551.029	869.613	495.034	188.989			6.372.418	100,0

Curso anormal

Operações de crédito	Parcelas vencidas						Total (B)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	78.435	100.072	101.016	346.944	582.793	2.098.260	3.091.073	100,0	1.444.750	100,0
Outros créditos (1)	78.435	100.072	101.016	346.944	582.793	2.098.260	2.697.954	100,0	1.444.750	100,0
Total em 2018	156.870	200.144	202.032	693.888	1.165.586	4.196.520	5.789.027	100,0	2.889.500	100,0
Total em 2017	93.269	120.402	136.793	408.314	685.972	2.098.260			1.444.750	100,0

Curso anormal

Operações de crédito	Parcelas vencidas						Total (C)				Total Geral			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%	2018 (A+B+C)	%	2017 (A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados	1.328	1.744	3.322	8.835	9.817	3.383	28.429	100,0	14.207	100,0	3.091.073	53,4	3.642.169	57,2
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.697.954	46,6	2.730.249	42,8
Total em 2018	1.328	1.744	3.322	8.835	9.817	3.383	28.429	100,0	14.207	100,0	5.789.027	100,0	6.372.418	100,0
Total em 2017	2.167	1.275	1.313	8.309	3.132	3.291	28.429	100,0	14.207	100,0			6.372.418	100,0

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Níveis de risco										2018		2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	2018	%	2017	%
Empréstimos e títulos descontados	412	1.624.627	127.656	158.421	121.819	116.703	125.360	120.126	695.949	3.091.073	53,4	3.642.169	57,2	
Outros créditos	817	2.530.278	37.149	46.291	16.435	5.850	5.118	3.836	52.180	2.697.954	46,6	2.730.249	42,8	
Total geral em 2018	1.229	4.154.905	164.805	204.712	138.254	122.553	130.478	123.962	748.129	6.372.418	100,0	6.372.418	100,0	
%	-	71,8	2,8	3,5	2,4	2,1	2,3	2,2	12,9					
Total geral em 2017	2.147	4.380.485	187.616	221.111	174.486	142.120	147.426	143.949	973.078	6.372.418	100,0	6.372.418	100,0	
%	-	68,7	2,9	3,5	2,8	2,2	2,3	2,3	15,3					

c) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisão requerido	Carteira				Específica				Provisão			
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vincendas	Genérica	Excedente	2018	%	2017	%
AA	0,0	1.229	-	1.229	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	4.154.905	-	4.154.905	71,8	-	-	20.774	115	20.889	1,8	22.050	1,6
B	1,0	86.692	78.113	164.805	2,8	690	91	867	588	2.236	0,2	2.527	0,2
C	3,0	105.165	99.547	204.712	3,5	2.705	281	3.155	2.523	8.664	0,8	9.392	0,7
Subtotal		4.347.991	177.660	4.525.651	71,8	3.395	372	24.796	3.226	31.789	2,8	33.969	2,5
D	10,0	41.592	96.662	138.254	2,4	9.321	346	4.159	4.212	18.038	1,6	22.996	1,6
E	30,0	19.070	103.483	122.553	2,1	30.747	298	5.721	65.629	59.750	5,9	75.830	5,4
F	50,0	15.838	114.640	130.478	2,3	56.919	401	7.919	28.236	130.475	11,7	147.397	10,5
G	70,0	12.367	111.595	123.962	2,2	77.659	458	8.657	37.176	123.950	11,1	143.933	10,3
H	100,0	114.480	633.649	748.129	12,9	629.600	4.049	114.480	135.487	748.129	66,9	973.078	69,7
Subtotal		203.347	1.060.029	1.263.376	21,9	804.246	5.552	140.936	138.713	1.086.221	97,2	1.362.634	97,5
Total em 2018		4.551.338	1.237.689	5.789.027		807.641	5.924	165.732	138.713	1.118.010			
%		78,6	21,4	72,3	100,0	72,3	0,5	14,8	12,4		100,0		
Total em 2017		4.913.461	1.458.957	6.372.418		971.848	8.286	257.918	158.551	1.396.603			
%		77,1	22,9	77,1	100,0	69,6	0,6	18,5	11,3				

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

Maior devedor	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	% (1)	2017	% (1)
Dez maiores devedores	1.508	-	1.759	-
Vinte maiores devedores	2.617	-	3.495	0,1
Cinquenta maiores devedores	3.087	0,1	4.261	0,1
Cem maiores devedores	4.215	0,1	5.786	0,1
Cem maiores devedores	5.824	0,1	7.445	0,1

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	%	2017	%
Pessoa jurídica	5.789.027	100,0	6.372.418	100,0
Pessoa Física	1.732	0,1	2.610	0,1
Total	5.787.295	99,9	6.369.808	99,9

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	%	2017	%
- Provisão específica (1)	934.914		1.041.773	
- Provisão genérica (2)	225.526		285.554	
- Provisão excedente (3)	135.053		150.442	
Saldo inicial em 31 de dezembro	1.295.493		1.477.769	
Constituição (liquida de reversões)	519.174		655.028	
Baixas para prejuízo	(696.657)		(736.194)	
Saldo final em 30 de junho	1.118.010		1.396.603	
- Provisão específica (1)	813.565		980.134	
- Provisão genérica (2)	165.732		257.918	
- Provisão excedente (3)	138.713		158.551	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)	112.682		93.402	
Renegociação de créditos no semestre	231.643		276.176	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7c);
(4) Classificados em receitas de operação de crédito; e
(5) No 1º semestre de 2018, foram realizadas cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios nos montantes de R\$ 354.922 mil, recebendo pelas cessões os valores de R\$ 14.539 mil.

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Empresa	Capital social		Patrimônio líquido		Quantidade de cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %		Lucro líquido		Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Imagra Imobiliária Agrícola	180.000		325.719		53.882		35,921416		14.573		117.003	106.056	5.235	6.868
Total											117.003	106.056	5.235	6.868

11) IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação		
				2018	2017	
Imobilizações em curso	-	286	-	286	-	
Instalações	10%	706	(295)	411	478	
Móveis, máquinas e equipamentos	10%	358	(263)	95	126	
Sistema de processamento de dados	20%	49.617	(39.830)	9.787	11.914	
Sistema de comunicação	10%	403	(403)	-	1	
Total em 2018		51.370	(40.791)	10.579		
Total em 2017		48.571	(36.052)	12.519		

12) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Ágio de incorporação (2)	Em 30 de junho - R\$ mil					
	Prazo	Taxa (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2018	2017	
Ágio de incorporação (2)	1.5.2018	-	213.941	(213.941)	-	10.385
Software (3)	20%	-	311.366	(264.246)	47.120	46.669
Total geral em 2018			525.307	(478.187)	47.120	
Total geral em 2017			506.594	(449.540)	57.054	

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;
(2) Ágio adquirido na incorporação da Gopic Participações Ltda. em 30.6.2008, amortizável mediante a realização por rentabilidade futura/carteira de cliente registrado no Ativo Permanente, amortizado até maio de 2018. No semestre de 2018 foi amortizado o montante de R\$ 4.721 mil (2017 - R\$ 5.665 mil); e
(3) Software adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

13) DEPÓSITOS

a) Composição:

Depósitos:	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2018	2017
- À vista	2.391	-	-	-	-	2.391	2.173
- A prazo	181	1.011	623	617	103	2.535	2.572
- Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	325.367
Total em 2018	2.572	1.011	623	617	103	4.926	
%	52,2	20,5	12,7	12,5	2,1	100,0	
Total em 2017	2.354	326.399	621	635	103	330.112	
%	0,7	98,9	0,2	0,2	-	100,0	

b) Despesas com operações de captação do mercado:

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	-	16.917
Depósitos a prazo	94	112
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	3	4
Total</		

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****18) DESPESAS DE PESSOAL**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos.....	11.454	11.326
Benefícios.....	4.627	3.357
Encargos sociais.....	4.201	4.304
Provisões para processos trabalhistas.....	426	1.752
Participação dos empregados no lucro.....	1.500	1.500
Outros.....	44	52
Total.....	22.252	22.291

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços de terceiros.....	208.301	183.430
Comunicações.....	80.170	89.503
Processamentos de dados.....	38.194	44.392
Materiais e energia.....	16.878	22.546
Depreciações e amortizações.....	16.157	16.202
Transporte.....	13.053	12.698
Serviços do sistema financeiro.....	7.610	54.069
Aluguéis e arrendamento de bens.....	5.058	3.774
Propaganda, promoções e publicidade.....	4.124	4.552
Manutenção e conservação de bens.....	2.096	2.605
Viagens.....	362	678
Outras.....	2.083	2.219
Total.....	394.086	436.668

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Contribuição à COFINS.....	51.608	58.469
Impostos sobre serviços - ISS.....	19.053	8.832
PIS.....	8.388	9.557
Outras.....	3.498	5.152
Total.....	82.547	82.010

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Atualização monetária ativa.....	30.170	54.522
Rendas de antecipação de obrigações.....	7.446	16.815
Reversões de provisões cíveis.....	6.339	49.453
Recuperação de encargos e despesas (1).....	6.626	8.781
Reversões de outras provisões operacionais.....	2.468	12.066
Reversões de despesas operacionais.....	1.378	1.222
Outras (2).....	8.557	14.147
Total.....	62.984	157.006

(1) Referem-se substancialmente ao ressarcimento de despesas operacionais pelo Banco CBSS S.A., pela utilização da estrutura tecnológica do Bradescard; e

(2) Inclui receitas de incentivos comerciais no montante de R\$ 2.079 mil (2017 - R\$ 1.133 mil).

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Despesas de comercialização de cartão de crédito.....	188.469	149.712
Despesas de provisões cíveis.....	45.435	63.182
Despesas de serviços de associados.....	31.986	33.855
Atualização monetária passiva (1).....	28.731	54.769
Descontos concedidos em renegociações.....	22.502	27.502
Perdas operacionais.....	7.716	8.381
Despesas com outras provisões.....	652	1.317
Outras.....	10.502	9.931
Total.....	336.066	348.649

(1) Referem-se substancialmente à atualização das provisões de contingências fiscais.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Disponibilidades.....	2.450	1.908	-	-
Aplicações no mercado aberto.....	258.395	140.196	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	400.221	353.526	-	-
Outros ativos.....	-	-	4.406	2.291
Passivos				
Depósitos à vista.....	-	-	1	2
Depósitos interfinanceiros.....	-	325.367	-	-
Dividendos a pagar.....	312	653	-	-
Outros passivos.....	-	-	1.265.609	448

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas	
	2018	2017	2018	2017
Resultado				
Receitas de intermediação financeira.....	15.814	18.761	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	-	(16.917)	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	-	-	5.187	(8.985)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradescard S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	92.937	111.917
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(41.822)	(50.362)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	2.356	3.091
Despesas ineditáveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(2.620)	(2.067)
Outros valores (2).....	(18.008)	6.156
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(60.094)	(43.182)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente: (i) A diferença entre a alíquota da Contribuição social e a Diferida; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(23.702)	(10.740)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	(36.392)	(32.442)
Total dos impostos diferidos.....	(36.392)	(32.442)
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(60.094)	(43.182)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2018
Provisões fiscais.....	526.924	10.453	39.683	497.694
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	320.445	250.988	255.075	316.358
Provisões cíveis.....	28.381	18.174	20.554	26.001
Provisões trabalhistas.....	6.597	184	980	5.801
Provisão para perdas com incentivos fiscais.....	522	-	33	489
Ágio amortizado.....	1.661	876	1.356	1.181
Outras provisões.....	8.180	3.412	2.798	8.794
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8).....	892.710	284.087	320.479	856.318
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a).....	205.244	10.461	-	215.705
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	687.466	273.626	320.479	640.613

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2018 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	63.879	40.933	104.812
2019.....	125.612	87.776	213.388
2020.....	45.708	25.113	70.821
2021.....	332	185	517
2022.....	155	137	292
Após 2022.....	302.437	164.051	466.488
Total.....	538.123	318.195	856.318

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis. Em 30 de junho de 2018, o valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, e alcançou o montante de R\$ 790.041 mil (2017 - R\$ 890.304 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 215.705 mil (2017 - R\$ 205.244 mil) relativo à atualização monetária de depósitos judiciais.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Plano de previdência complementar**

O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o semestre de 2018 totalizaram R\$ 454 mil (2017 - R\$ 424 mil).

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronúncias Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP199295/O-5

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2